

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14715674>



TELETRABALHO E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES PÚBLICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Gizelma de Souza Maranhão¹

Maria Júlia Pantoja²

Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar como a literatura tem estudado o tema qualidade de vida no teletrabalho no contexto do serviço público, por meio da técnica de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Para o levantamento das informações foi utilizado o método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses. Esta RSL foi realizada nas bases Capes, SciELO Brasil e ProQuest, a partir do recorte temporal de 2018 a 2024, com abrangência nos idiomas português, inglês e espanhol e tendo como objeto somente artigos científicos. Foram examinados 26 artigos e, com base nos resultados, foram delineadas cinco categorias: principais benefícios e desafios do teletrabalho; teletrabalho com olhar para as questões de gênero; gestores - melhoria contínua do teletrabalho e das relações interpessoais; regime híbrido de teletrabalho; e o teletrabalho e a saúde física e mental. A análise das características do corpus de pesquisa foi realizada por meio de análise gráfica e com o auxílio dos softwares VOSviewer e Iramuteq. A partir dessa análise, foi proposta uma agenda de pesquisa. Os resultados evidenciam a relevância do tema que se encontra em expansão e a necessidade de novas investigações para o desenvolvimento científico da qualidade de vida no teletrabalho que promovam o aprimoramento contínuo da gestão pública e o bem-estar dos teletrabalhadores.

Palavras-chave: Qualidade de Vida; Qualidade de Vida no Teletrabalho; Setor Público; Teletrabalho.

Abstract

This article aims to examine how the literature has studied the topic of quality of life in telework in the context of public service, through the Systematic Literature Review (SLR) technique. The Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses method was used to collect the information. This SLR was carried out in the Capes, SciELO Brasil and ProQuest databases, from the time frame of 2018 to 2024, covering the Portuguese, English and Spanish languages and having as its object only scientific articles. Twenty-six articles were examined and, based on the results, five categories were outlined: main benefits and challenges of telework; telework with a focus on gender issues; managers - continuous improvement of telework and interpersonal relationships; hybrid telework regime; and telework and physical and mental health. The analysis of the characteristics of the research corpus was carried out through graphical analysis and with the aid of the VOSviewer and Iramuteq software. Based on this analysis, a research agenda was proposed. The results highlight the relevance of the expanding topic and the need for new research for the scientific development of quality of life in telework that promotes the continuous improvement of public management and the well-being of teleworkers.

Keywords: Public Sector; Quality of Life; Quality of Life in Telework; Telework.

¹ Mestranda em Gestão Pública pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: gizelma.maranhao@gmail.com

² Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. E-mail: jpantoja@unb.br



INTRODUÇÃO

O teletrabalho ganhou destaque no cenário mundial, redefinindo a forma como as pessoas vivem, trabalham e se conectam com o mundo. Esse modelo de trabalho tem sido objeto de análise e discussão por parte de estudiosos e pesquisadores, que se dedicam a investigar suas diversas implicações, especialmente no que diz respeito à qualidade de vida no teletrabalho.

Desde a década de 1970, estudos acadêmicos têm sido desenvolvidos com o intuito de promover a qualidade de vida no trabalho e desenvolver estratégias que integrem o bem-estar dos trabalhadores, produtividade e redução de custos.

Nas organizações públicas, embora o teletrabalho seja uma prática relativamente recente, tem se consolidado como uma realidade, permitindo a execução de tarefas fora do ambiente tradicional de escritório. No entanto, a integração do teletrabalho à rotina das organizações ainda é um processo em desenvolvimento, e as suas implicações para a qualidade de vida dos servidores requerem investigação aprofundada. Além disso, a qualidade de vida no teletrabalho envolve uma série de fatores dinâmicos, como a autonomia no trabalho, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e o suporte oferecido pelas organizações. Tais fatores são relevantes no setor público, onde os desafios são diferentes das iniciativas privadas, devido a questões como a burocracia, a infraestrutura disponível e as políticas públicas adotadas pelas instituições.

Diversos estudos buscam analisar as vantagens e os desafios que permeiam essa modalidade, especialmente no que se refere à qualidade de vida dos teletrabalhadores. Compreender o impacto desses fatores é essencial para a formulação de políticas e práticas que promovam um ambiente de trabalho remoto mais equilibrado, eficiente e saudável.

As inúmeras transformações no mundo do trabalho alteram as dinâmicas laborais, podendo obscurecer a percepção dos indivíduos sobre sua qualidade de vida e impactar negativamente as relações sociais, a saúde, a segurança e a vida como um todo, aumentando o risco de adoecimento físico e mental.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo examinar, por meio da técnica de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), como a literatura tem estudado o tema qualidade de vida no teletrabalho no contexto do serviço público. Com base nessa análise, pretende-se sugerir uma agenda de pesquisa para futuros estudos sobre o assunto.

A justificativa desse estudo se dá pela necessidade de consolidar e aprofundar o conhecimento sobre as relações entre teletrabalho no setor público seu impacto na qualidade de vida dos servidores. Busca-se, portanto, não apenas mapear as contribuições existentes, mas também identificar lacunas que



possam orientar futuras pesquisas e subsidiar políticas públicas e práticas de gestão mais eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas e aos desafios do setor público.

Do ponto de vista metodológico, a RSL foi realizada com o suporte do protocolo de amplo conhecimento no meio acadêmico, o Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Foram consultadas as plataformas Capes, SciELO Brasil e ProQuest com abrangência nos idiomas português, inglês e espanhol. O corpus da pesquisa foi composto por 26 artigos, com publicações ocorridas entre 2018 a 2024. Fez-se uso dos softwares, VOSviewer e Iramuteq como instrumentos de apoio às análises.

A presente pesquisa está disposta em 5 seções, sendo esta primeira concernente à introdução. A segunda seção discorre sobre o referencial teórico. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para a condução da pesquisa. A quarta seção aborda os resultados obtidos junto à discussão dos resultados. Ao final, a quinta seção apresenta as conclusões obtidas, seguida das referências.

TELETRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O conceito de teletrabalho vem sendo estudado desde a década de 1970, sendo Nilles considerado o precursor dos estudos sobre teletrabalho nos Estados Unidos (ANTUNES *et al.*, 2023).

Na literatura acadêmica, o teletrabalho é conhecido por diversas nomenclaturas, que variam conforme o idioma e a região. Nos Estados Unidos, o termo mais comum é home-working, na Europa é telecommuting. Em português são utilizados os termos trabalho à distância ou trabalho remoto (ANTUNES; FISCHER, 2020).

Na Itália, o trabalho flexível é conhecido como smart work (trabalho inteligente) e caracteriza-se por oferecer maior flexibilidade e ser aplicável a alguns dias da semana, permitindo que os trabalhadores organizem suas atividades de maneira flexível, escolhendo, na maioria das vezes, seu horário e local de trabalho (DI TECCO *et al.*, 2021).

Embora não haja uma definição única, a literatura destaca características semelhantes em suas definições, descrevendo-o como um trabalho realizado fora da empresa, com o auxílio de tecnologias, podendo ocorrer de forma integral ou parcialmente remota (FAYAD; NUNES, 2023). Ademais, Santos, Santa Rita e Levino (2023) ressaltam que o avanço das tecnologias de comunicação e informática provocou uma transformação significativa no mundo do trabalho, permitindo a realização de tarefas profissionais, anteriormente restritas a fábricas e escritórios, de maneira remota, a partir de casa ou de outros locais.



Nas organizações públicas, Mele, Belardinelli e Bellé (2023) identificaram quatro dimensões nas terminologias associadas a essa modalidade de trabalho. A primeira dimensão refere-se à **alteração do local de trabalho**, caracterizando-se pela realização das atividades fora do ambiente convencional da organização. O segundo aspecto é o **tempo**, enfatizando a flexibilidade em relação ao horário tradicional de expediente. A terceira diz respeito ao **meio tecnológico**, destacando a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação como suporte essencial para viabilizar essa forma de trabalho. Por fim, a **autonomia** surge como o quarto aspecto, refletindo a flexibilidade inerente ao teletrabalho, mas que depende de autorização, alinhamentos e acordos entre os gestores e os trabalhadores.

No Brasil, o teletrabalho foi introduzido na iniciativa privada pela Lei nº 12.551/2011, que alterou o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), equiparando o teletrabalho ao trabalho realizado no estabelecimento do empregador ou no domicílio do empregado, desde que caracterizados os pressupostos da relação de emprego. Entretanto, mudanças mais significativas nesse modelo ocorreram em 2017, com a regulamentação da Lei nº 13.467/2017 (OLIVEIRA; PANTOJA, 2020).

No serviço público brasileiro, o teletrabalho começou a ser implementado de forma gradual por alguns órgãos, com a regulamentação sendo realizada por meio de normativos internos, como portarias e resoluções. Destacam-se iniciativas como a do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), em 2005, da Advocacia-Geral da União (AGU), em 2011, e da Receita Federal e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2012, que marcaram o início da expansão do teletrabalho na esfera pública (VILARINHO *et al.*, 2021; FILARDI *et al.*, 2020).

Com o intuito de estabelecer uma regulamentação mais eficiente para essa modalidade, em 2018 foi publicada a Instrução Normativa (IN) Nº 1/2018, que instituiu um programa de gestão em formato de experiência-piloto. Além disso, a normativa trouxe um importante avanço conceitual, ao introduzir o termo “modalidade teletrabalho” como: categoria de implementação do programa de gestão em que o servidor público executa suas atribuições funcionais integralmente fora das dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência (BRASIL, 2018).

No entanto, com a chegada da pandemia de COVID-19, muitas instituições ainda não haviam implementado um programa formal de teletrabalho (PANTOJA; ANDRADE; OLIVEIRA, 2020). As autoras destacam que a implementação repentina e obrigatória do teletrabalho ocorreu sem o devido planejamento, forçando muitas organizações públicas, mesmo aquelas que já utilizavam o teletrabalho, a reorganizar suas rotinas de trabalho em que servidores e gestores passaram a desempenhar suas funções remotamente, sem considerar a infraestrutura física e tecnológica disponível, a natureza das tarefas ou o perfil dos servidores.



Em 2020, com a publicação da IN N° 65/2020, o teletrabalho foi oficialmente reconhecido como uma modalidade de trabalho no serviço público brasileiro. Esse normativo buscou estabelecer diretrizes e critérios para uma aplicação mais estruturada do teletrabalho, com foco no desempenho e na eficiência dos servidores, passando a avaliar o trabalho com base nos resultados e não mais pelo controle de frequência (ROCHA *et al.*, 2021).

Nesse cenário pandêmico e diante da nova realidade de trabalho, a produção científica do teletrabalho explorou diversas temáticas, como as vantagens e desvantagens do modelo (FILARDI *et al.*, 2020; OLIVEIRA; PANTOJA, 2020; BACCILI; CRUZ, 2021; LOPES; LUNARDI, 2022); percepções dos trabalhadores em relação à satisfação, felicidade e desejo de permanência no trabalho (MELLO; LINHARES, 2024); saúde, segurança e qualidade de vida do teletrabalhador (FIGUEIRA; COSTA, 2022; FIORILLO; MEDEIROS, 2023).

Ao analisar as produções acadêmicas sobre o tema teletrabalho, Rocha e Amador (2018) elencam como principais vantagens o aumento da produtividade, a redução de custos para as empresas e trabalhadores, maior satisfação dos trabalhadores e ao alívio no tráfego de veículos nas cidades. Contudo, os autores também apontam uma série de riscos envolvidos, como a individualização do trabalho, que pode levar ao isolamento social, profissional e político dos trabalhadores.

Com o objetivo de sintetizar os estudos que investigaram o teletrabalho no setor público, Oliveira, Andrade e Pantoja (2020) conduziram uma revisão de literatura entre 2009 a 2019. Os resultados indicam que o teletrabalho melhora a satisfação, a motivação e o equilíbrio entre vida profissional e familiar, além de reduzir a rotatividade e aumentar o desempenho. No entanto, os principais desafios incluem o isolamento e a falta de infraestrutura tecnológica adequada. Por fim, o estudo sugere que pesquisas futuras explorem as expectativas de servidores e gestores para otimizar os resultados para a sociedade.

A revisão conduzida por Santos, Santa Rita e Levino (2023) abrangeu os anos de 2020 e 2021, analisando 54 artigos cadastrados na base Web of Science, sendo que os resultados apontaram para o impacto do teletrabalho durante a pandemia de COVID-19, com ênfase no equilíbrio vida-trabalho, nos conflitos familiares, nas questões de gênero e na satisfação do trabalhador.

O ensaio teórico de Bastos e Loreto (2023) tem por objetivo refletir sobre a gestão de pessoas no setor público e analisar os principais modelos de gestão utilizados. Os principais resultados da pesquisa são os desafios na implementação de práticas de gestão de pessoas no setor público, as restrições impostas pela legislação e a necessidade de desenvolver um modelo de gestão adaptado às especificidades do setor e busca por um modelo que valorize o capital humano e social dos servidores e promova uma relação contínua de aprendizado mútuo entre servidores, gestores e a organização. Para



pesquisas futuras, os autores sugerem a expansão dos estudos na área, abordando temas como clima organizacional, liderança, capacitação, avaliação de desempenho e qualidade de vida no trabalho.

No ano de 2023, com a publicação da IN N° 24/2023, os participantes do teletrabalho foram dispensados do controle de frequência e assiduidade para toda a sua jornada de trabalho. O governo também estabeleceu novas diretrizes e procedimentos para o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), com o objetivo de otimizar a gestão de recursos, promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho, além de atrair e reter talentos na administração pública. A implementação do PGD trouxe novos paradigmas para uma gestão mais eficiente, refletindo a mudança de foco dos procedimentos para os resultados (ALVES, 2020).

Elvira e Bezerra (2023) apontam que o PGD se tornou um instrumento transformador na administração pública e se destaca não apenas pela institucionalização do teletrabalho, mas também por representar um avanço significativo na gestão de desempenho, quando comparado ao modelo tradicional adotado pela maioria das carreiras ou a outras reformas administrativas em discussão. Moraes, Pena e Paiva (2022) destacam que o PGD promove mudanças culturais ao trocar o controle de frequência pelo controle de produtividade, com a definição de metas, prazos e tarefas.

QUALIDADE DE VIDA NO TELETRABALHO

Um dos primeiros pesquisadores a estudar a qualidade de vida no ambiente de trabalho foi Walton (1973), ao considerar as necessidades e aspirações dos indivíduos em uma época de crescimento econômico e avanços tecnológicos, quando essas dimensões estavam sendo negligenciadas em favor da busca pela produtividade. O autor destaca que a qualidade de vida no trabalho (QVT) é muito mais abrangente do que as medidas históricas específicas que buscavam melhorar as condições dos trabalhadores. Para Walton, a QVT envolve valores, aspirações humanas e a busca por um ambiente de trabalho mais justo, significativo e alinhado a princípios éticos e sociais. Outros pesquisadores clássicos como Hackman e Suttle (1977), Westley (1979), Werther e Davis (1983) e Nadler e Lawler (1983) discutiram sobre o assunto buscando construir o entendimento da QVT.

Pereira *et al.* (2021) afirmam que a temática QVT alcança maior significado e discussões no contexto organizacional ao incorporar estudos sobre os aspectos comportamentais, psicossociais e motivacionais dos trabalhadores, com foco na tríade indivíduo-trabalho-organização, que permite uma compreensão mais abrangente do impacto do trabalho nas diversas dimensões da vida dos trabalhadores.

A qualidade de vida no trabalho abrange muitos significados que refletem as experiências, conhecimentos e valores tanto individuais quanto coletivos e, ao longo do tempo, esse conceito passou



por uma evolução e aprimoramento, incorporando novas variáveis que enriqueceram sua compreensão (KLEIN *et al.*, 2017).

Para compreender a qualidade de vida no teletrabalho, é preciso considerar a interseção de dois conceitos: qualidade de vida no trabalho (QVT) e teletrabalho (PASCHOAL *et al.*, 2022).

Em relação à QVT, não há um consenso sobre a definição (MARTINS; SÁTIRO, 2024). Van Sell e Jacobs (1994) descrevem a QVT como um conceito avaliativo global que sintetiza as reações de uma pessoa às experiências ao longo da vida, considerando diferentes unidades de análise, como a sociedade, a família e o trabalho. Os autores propõem um modelo que integra teletrabalho e qualidade de vida, ressaltando que a adoção do teletrabalho é influenciada por fatores como limitações e custos sociais, características organizacionais e a prontidão dos indivíduos para aderir a essa modalidade. O modelo demonstra que o sucesso do teletrabalho depende de um programa de gestão eficiente por parte do empregador e da forma como os teletrabalhadores gerenciam seu tempo, impactando diretamente sua qualidade de vida, tanto no ambiente profissional quanto pessoal.

Na literatura, a definição de "teletrabalho" varia, destacando a capacidade de realizar atividades fora do ambiente físico de trabalho, impulsionada pelo progresso das tecnologias de comunicação e informação (SANTOS; REIS, 2021).

Da mesma forma que são abordados vários conceitos de QVT, diferentes modelos foram propostos para as pesquisas nesse assunto (KLEIN, 2017). Nesse sentido, Pantoja, Andrade e Oliveira (2020) apresentaram um modelo teórico de qualidade de vida no teletrabalho compulsório com seis dimensões, atividades do teletrabalhador, gestão do teletrabalho, suporte tecnológico, condições físicas do trabalho e sobrecarga de trabalho e definiram o conceito de teletrabalho compulsório como: trabalho flexível realizado fora do ambiente organizacional, mediado por TIC's e adotado de maneira imediata e contingencial para garantir isolamento social e produtividade em situações de crise.

Com relação ao conceito de Qualidade de Vida no Teletrabalho, Andrade (2020) definiu como o trabalho realizado fora das dependências físicas da organização, com o uso de tecnologias da comunicação e informação, produzindo com qualidade, com a prevalência de emoções e humores positivos, proporcionando satisfação, realização pessoal e profissional. A autora desenvolveu uma escala de medida de Qualidade de Vida no Teletrabalho, segundo as percepções de servidores públicos brasileiros.

Na administração pública vários estudiosos dedicaram-se a analisar as vantagens e desvantagens do teletrabalho, bem como a qualidade de vida no trabalho e produtividade (NOGUEIRA; PATINI, 2012; VILLARINHO; PASCHOAL, 2016; FILARDI *et al.*, 2020).



Com relação à produtividade, Bergamaschi, Netto Filha e Andrade (2018) apontam que o teletrabalho proporcionou um aumento expressivo na produção individual, aliado a ganhos na qualidade de vida dos trabalhadores. Essa relação entre aumento de produtividade e qualidade de vida é corroborada por Nogueira Filho *et al.* (2020), que observaram um incremento superior a 20% em produtividade em uma instituição pública.

Barros, Gois e Trigo (2024) apontam que o teletrabalho tem se mostrado uma alternativa eficaz para alcançar bons resultados, contribuindo para uma atuação mais eficiente e produtiva. Entretanto, a implementação de estratégias, como a estruturação de rotinas, a definição de limites claros entre as esferas profissional e pessoal, bem como a promoção de interações sociais, mesmo que no ambiente virtual, são essenciais para minimizar os possíveis desafios dessa modalidade.

Na revisão sistemática realizada por Oliveira e Pantoja (2018), observa-se a escassez de publicações focadas no setor público, revelando que muitos dos desafios identificados estão associados às práticas e políticas de gestão de pessoas. Esses desafios incluem a necessidade de desenvolver mecanismos eficazes para o crescimento tanto dos indivíduos quanto das organizações, e de repensar aspectos relacionados à gestão por competências, políticas de capacitação e treinamento, definição de metas e avaliação de desempenho, além das questões ligadas à jornada de trabalho, saúde e segurança dos teletrabalhadores.

Leite e Lemos (2020) destacam a importância da gestão de pessoas na implementação do trabalho remoto no setor público, evidenciando como práticas de gestão eficazes podem contribuir para o sucesso dessa modalidade de trabalho, garantindo tanto a eficiência organizacional quanto o bem-estar dos servidores.

Nesse contexto, De-La-Calle-Durán e Sánchez (2021) complementam a discussão ao enfatizar que, para promover o engajamento dos funcionários, os gestores devem criar condições que facilitem o trabalho remoto, permitindo uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar nesse novo contexto. Por meio de uma revisão bibliográfica, os autores propõem um modelo teórico voltado para fortalecer o engajamento e o bem-estar dos colaboradores, destacando cinco fatores essenciais: conciliação, cultivo, confiança, compensação e comunicação.

A pesquisa de Barbieri *et al.* (2024) destaca que, quando os funcionários percebem um apoio organizacional adequado, eles se sentem valorizados e reconhecidos. Esse reconhecimento eleva a motivação, permitindo que os trabalhadores lidem com demandas tecnologicamente exigentes sem estresse, mantenham o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e contribuam para a atração e retenção de talentos no longo prazo.



Em relação ao teletrabalho híbrido, Garrido, Heredero e Sánchez (2023) analisam a evolução do entendimento sobre essa modalidade, especialmente após a pandemia de COVID-19. Os autores destacam que, embora seja a forma de teletrabalho mais valorizada tanto por organizações quanto por funcionários, o conceito de teletrabalho híbrido ainda está em estágios iniciais de desenvolvimento. Além disso, há uma lacuna considerável na produção de estudos, especialmente no setor público e em áreas relevantes, como a saúde do trabalhador.

A pesquisa de Villacorta *et al.* (2024) investigou como o teletrabalho impacta a satisfação e a qualidade de vida no trabalho entre funcionários do setor público peruano. Os resultados mostram que o teletrabalho tem efeitos positivos sobre ambos os aspectos, sugerindo que, quando bem implementado, o trabalho remoto pode ser uma estratégia sustentável para organizações públicas.

D'Abundo, Franco e DeLuca (2023) realizaram um estudo nos Estados Unidos sobre a qualidade de vida no teletrabalho durante a pandemia de COVID-19. Os resultados apontaram um aumento na qualidade de vida dos trabalhadores, atribuído a fatores como maior tempo livre, redução do estresse e eliminação do deslocamento diário. Contudo, o isolamento social foi identificado como o principal fator associado a impactos negativos na qualidade de vida. Os autores ressaltam que, para promover a qualidade de vida e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, é fundamental desenvolver redes de apoio social e implementar iniciativas de planejamento eficazes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio da revisão sistemática da literatura (RSL) para coletar e avaliar, de forma crítica e aprofundada, o estado da arte das produções científicas com foco na qualidade de vida no teletrabalho no setor público identificando uma agenda de pesquisas futuras.

Quanto ao viés metodológico, a pesquisa adota o método dedutivo e busca atingir seu objetivo por meio da análise bibliométrica e da análise de conteúdo dos artigos examinados. Chueke e Amatucci (2015) destacam que os estudos bibliométricos auxiliam na sistematização das pesquisas realizadas em determinado campo do conhecimento e permite delinear problemas de pesquisa para estudos futuros.

Para a realização desta Revisão Sistemática da Literatura, foi adotada no processo de pesquisa, a abordagem Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Essa abordagem auxilia os pesquisadores na elaboração de revisões sistemáticas e meta-análises, elevando a qualidade da documentação dos estudos científicos (ASSUNÇÃO; THOMÉ, 2023). Além disso, o PRISMA oferece diretrizes para realizar revisões sistemáticas com maior transparência e precisão, abrangendo as etapas de identificação, seleção, elegibilidade e síntese dos estudos (PAGE *et al.*, 2021).



Nesse contexto, foram definidos os critérios de filtragem para a pesquisa, correspondente ao primeiro estágio da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), bem como os aspectos relacionados ao protocolo da RSL. A construção do corpus de pesquisa foi entre os dias 24 e 26 de agosto de 2024 nas bases de dados científicas Capes, SciELO Brasil e ProQuest, que são consideradas bases importantes e consolidadas no meio científico, sendo a SciELO, um repositório de estudos brasileiros e uma fonte preferencialmente utilizada na área pública.

Optou-se por descritores abrangentes, de modo a capturar o estado da pesquisa científica mais atual sobre o tema. No Quadro 1, encontram-se os critérios de filtragem para garantir transparência e clareza.

Quadro 1 - Protocolo e critérios de filtragem

Base de dados	- <i>Capes</i> - <i>SciELO Brasil</i> - <i>ProQuest</i>	
Descritores	- Utilização do sistema booleano “AND” e “OR”. - Em português, foram utilizados os termos: qualidade de vida no teletrabalho, qualidade de vida, teletrabalho, administração pública. Foram efetuadas buscas com esses termos em inglês	
Critérios de elegibilidade	artigos científicos publicados em periódico	
Filtros de busca	Acesso	- Aberto - Revisado por pares
	Delimitação temporal	2018-2024
	Idioma	Português, Inglês e Espanhol
Critérios de inclusão	Abordar questões acerca da qualidade de vida no teletrabalho	
Critérios de exclusão	- Acesso restrito; - Dissertações, monografias, teses, livros, ensaios, resenhas; - Duplicidade de registros - Classificação da revista	
Triagem inicial	Leitura de títulos, palavras-chaves, resumos	
Triagem final	Leitura na íntegra	

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Protocolo PRISMA (2020).

No segundo estágio, foi realizada a operacionalização da pesquisa, resultando na identificação de 110 artigos, distribuídos da seguinte forma: 50 artigos na Capes, 8 na SciELO Brasil e 52 na ProQuest, os quais foram exportados para uma planilha eletrônica do software Microsoft Excel.

Na etapa de elegibilidade foram excluídos 24 artigos repetidos, restando um total de 86 artigos. Posteriormente, verificou-se o alinhamento dos títulos e resumos ao objetivo da pesquisa, o que resultou na exclusão de 53 artigos. Os artigos com classificação abaixo de B não entraram no escopo da pesquisa, totalizando a exclusão de 6 artigos. Por fim, realizou-se a leitura mais aprofundada dos artigos, sendo excluído um artigo por não estar alinhado com o tema. O total final de artigos incluídos foi de 26, sendo 19 artigos da Capes, 1 da SciELO Brasil e 6 da ProQuest.

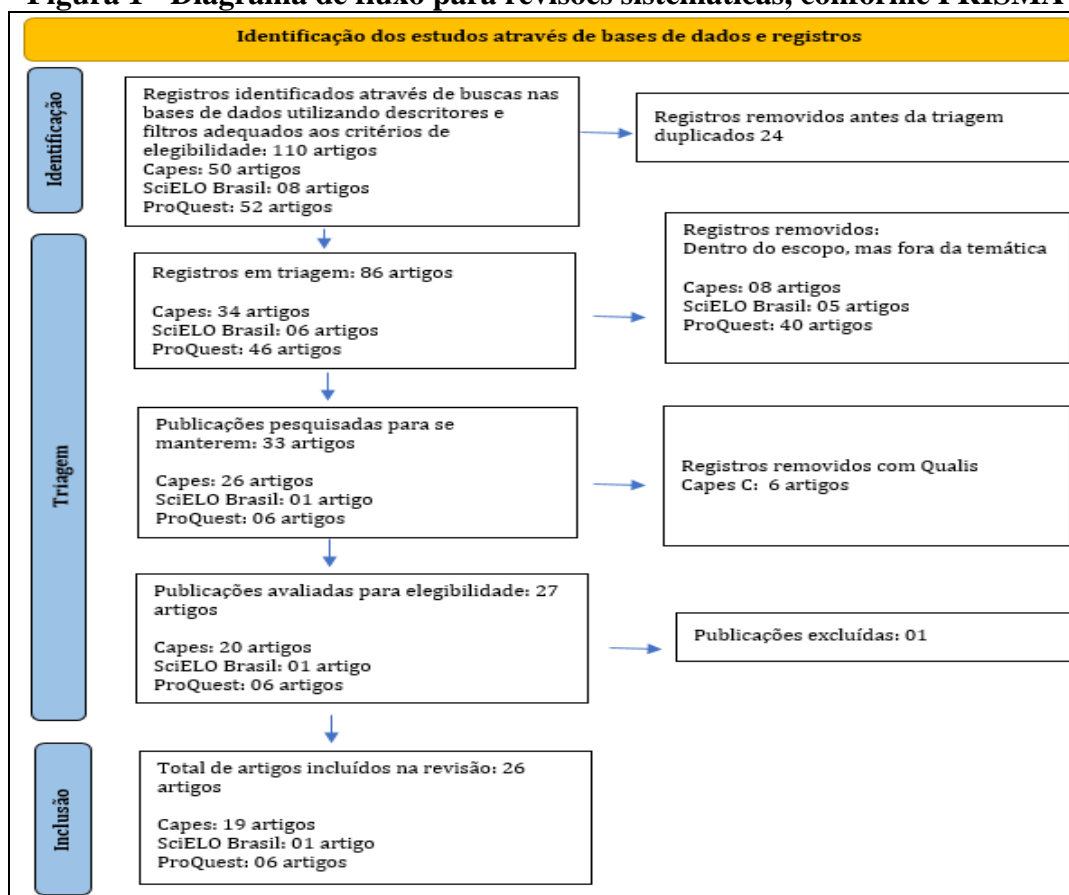
Para a análise dos dados, observou-se a orientação de Bardin (2016) em relação à análise de conteúdo, com categorias analíticas definidas a posteriori. Os artigos que compuseram o corpus de análise foram novamente lidos na íntegra, e, à medida que eram examinados, foram identificadas



aproximações nas abordagens, o que possibilitou o agrupamento de artigos semelhantes. Assim, cinco categorias foram delineadas: principais benefícios e desafios do teletrabalho; teletrabalho com olhar para as questões de gênero; gestores - melhoria contínua do teletrabalho e das relações interpessoais; regime híbrido de teletrabalho; e o teletrabalho e a saúde física e mental. A análise das características do corpus de pesquisa foi realizada por meio de análise gráfica e com o apoio dos softwares VOSviewer e Iramuteq.

Os artigos selecionados para a Revisão Sistemática da Literatura foram dispostos em uma nova aba da planilha Excel, onde os dados foram extraídos e utilizados como base para a análise bibliométrica e temática. Todas as etapas do respectivo processo estão sintetizadas na Figura 1.

Figura 1 - Diagrama de fluxo para revisões sistemáticas, conforme PRISMA



Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados da pesquisa em duas subseções. A primeira subseção apresentará a análise bibliométrica e a segunda, a análise temática do corpus da pesquisa.

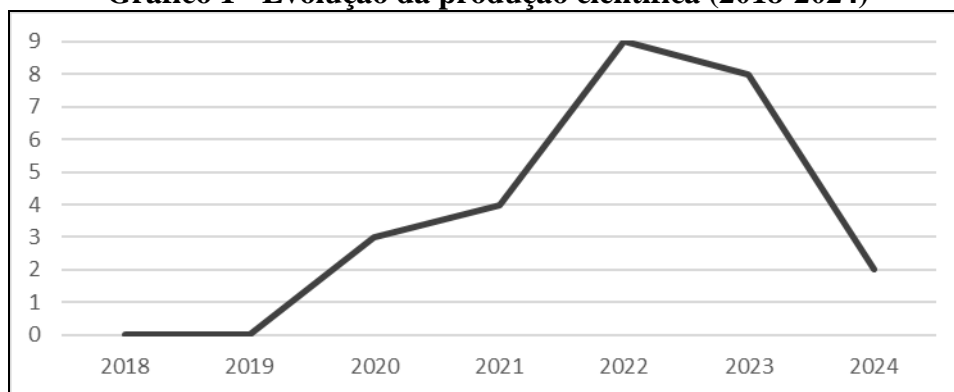


Características da produção científica

O corpus desta pesquisa é composto por 26 artigos relacionados ao tema qualidade de vida no teletrabalho, com publicações em 21 periódicos diferentes. A análise bibliométrica foi realizada com base nesses 26 artigos, conforme detalhado na seção "Metodologia" deste estudo.

Conforme apresentado no Gráfico 1, em relação ao período de publicação, observou-se que, em 2020 e 2021, foram publicados 07 artigos, com um pico de produção nos anos de 2022 e 2023, totalizando 17 artigos. Não houve publicações em 2018 e 2019. A produção científica sobre o tema pode ter sido impulsionada pelas mudanças nas dinâmicas de trabalho resultantes da pandemia e pela adoção do teletrabalho.

Gráfico 1 - Evolução da produção científica (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria.

Em complemento à análise bibliométrica, convém observar o padrão da origem geográfica do corpus da pesquisa, conforme apresentado na Tabela 1. Dos 26 artigos selecionados, os estados brasileiros que mais se destacaram na publicação de estudos sobre qualidade de vida no teletrabalho foram o Distrito Federal e São Paulo, com 5 artigos cada, correspondendo a 38,48% do total. Minas Gerais contribuiu com 3 artigos, enquanto Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul publicaram 2 artigos cada. Já Amapá, Goiás, Paraná, Pernambuco e Piauí tiveram 1 artigo publicado cada.

A Região Sudeste lidera a origem geográfica das publicações com 38,48% da produção (10 artigos), enquanto a Região Centro-Oeste contribuiu com 23,08% das publicações (6 artigos). O Nordeste contribuiu com 15,34% (4 artigos), o Sul contribuiu com 11,54% das publicações (3 artigos). O Norte apresenta uma participação mais modesta, de 3,84% (1 publicação). Além disso, houveram duas origens geográficas estrangeiras, uma de Portugal e outra da Espanha, contribuindo com 7,68% dos trabalhos selecionados.



Tabela 1 - Origem geográfica da produção científica (2018-2024)

Local	Quantidade de artigos	%
Amapá	1	3,84
Brasília	5	19,24
Espanha	1	3,84
Goiás	1	3,84
Minas Gerais	3	11,54
Paraná	1	3,84
Pernambuco	1	3,84
Piauí	1	3,84
Portugal	1	3,84
Rio de Janeiro	2	7,7
Rio Grande do Norte	2	7,7
Rio Grande do Sul	2	7,7
São Paulo	5	19,24

Fonte: Elaboração própria.

Dos 26 artigos, 20 eram pesquisas empíricas, 4 eram revisões sistemáticas de literatura, 1 ensaio teórico e 1 artigo conceitual. O artigo conceitual analisa como o conceito de 'meio ambiente do trabalho' abrange o teletrabalho e explora as normas constitucionais e legais aplicáveis a esse contexto (FIORILLO; MEDEIROS, 2023). O ensaio teórico trouxe reflexões sobre a importância de avanços legislativos que garantam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores em regime de teletrabalho (CALSON *et al.*, 2022). As revisões de literatura exploram o impacto do teletrabalho na qualidade de vida e no bem-estar, destacando desafios como isolamento social, estresse e condições ergonômicas inadequadas. Os estudos sugerem a adoção do modelo híbrido e políticas que promovam a saúde dos trabalhadores (MARTINS; SÁTIRO, 2024, URIEN, 2023, SANTOS; RENIER; STICCA, 2020; SOUSA; MEDEIROS, 2022).

Por outro lado, os estudos empíricos sobre teletrabalho exploram como essa modalidade afeta a qualidade de vida e a eficiência no ambiente de trabalho, identificando tanto benefícios quanto desafios. A literatura aponta para a necessidade de um modelo de gestão eficaz, adaptação à legislação e políticas específicas para enfrentar os desafios do teletrabalho, como a percepção de gênero e a ergonomia, evidenciando a importância de práticas que atendam às demandas e desafios dessa modalidade.

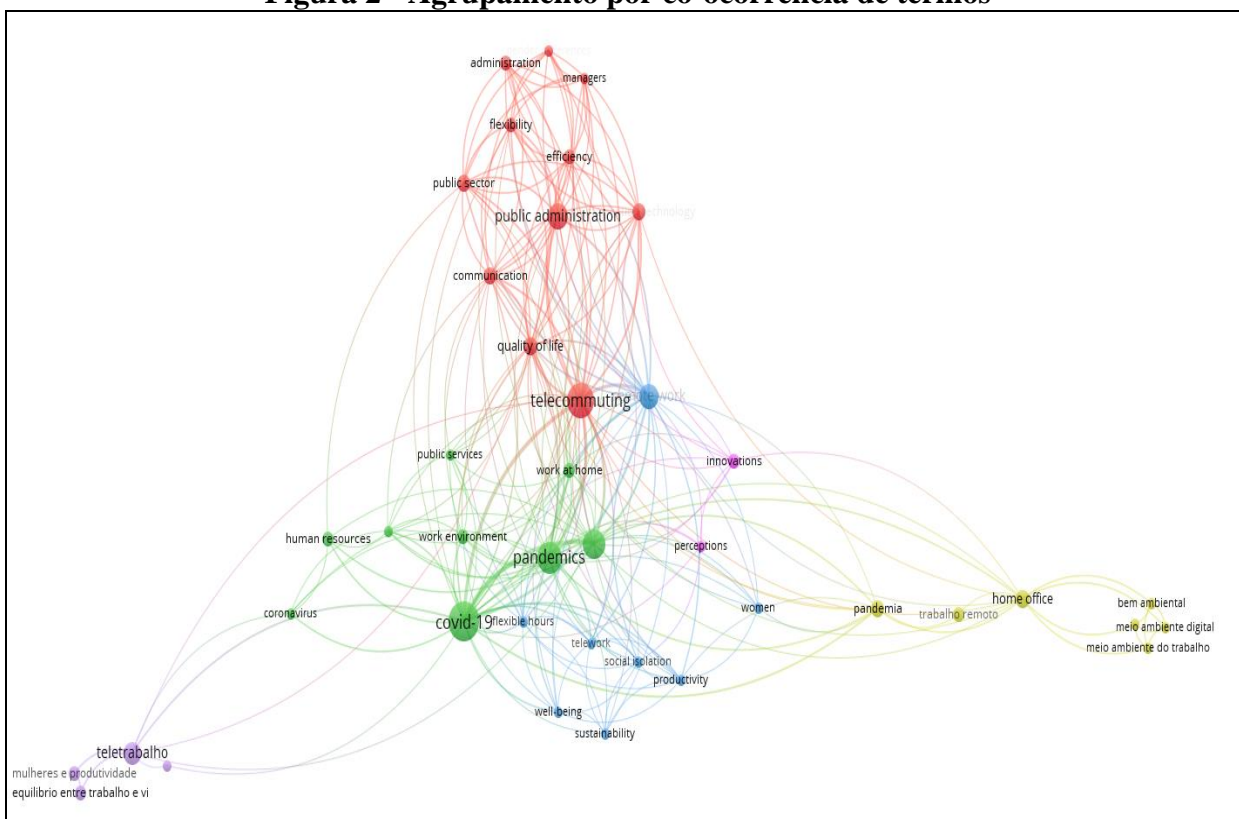
Com o uso do software VOSviewer, foram identificadas as principais palavras existentes nos títulos e resumos dos 26 artigos selecionados das bases (Capes, Scielo e ProQuest). Essas palavras foram mapeadas com base em uma rede de co-ocorrência. Embora seis clusters tenham sido detectados, conforme ilustrado na figura 2, eles revelam inter-relações em diversos aspectos que corroboram com as cinco categorias definidas na análise temática: os principais benefícios e desafios do teletrabalho, a perspectiva de gênero, o papel dos gestores na melhoria contínua do teletrabalho e nas relações



interpessoais, o modelo híbrido de teletrabalho e os impactos na saúde física e mental dos teletrabalhadores.

No cluster vermelho, as palavras mais recorrentes foram *telecommuting*, *public administration*, *quality of life* e *communication*. No cluster verde, destacaram-se *covid-19*, *pandemics*, *work environment* e *human resources*. O azul apresentou termos como *remote work*, *flexible hours*, *women*, *productivity* e *well-being*. Já o amarelo incluiu *home office*, *pandemia*, *meio ambiente digital* e *meio ambiente do trabalho*. Por fim, o cluster lilás destacou-se com as palavras *teletrabalho*, *mulheres*, *produtividade* e *equilíbrio entre trabalho e vida pessoal*.

Figura 2 - Agrupamento por co-ocorrência de termos



Fonte: Elaboração própria.

A análise de coautoria gerada pelo VOSviewer buscou identificar as redes de colaboração entre autores relacionados ao tema de estudo, revelando 09 clusters que representam grupos de autores que possuem relação entre si (Figura 3).

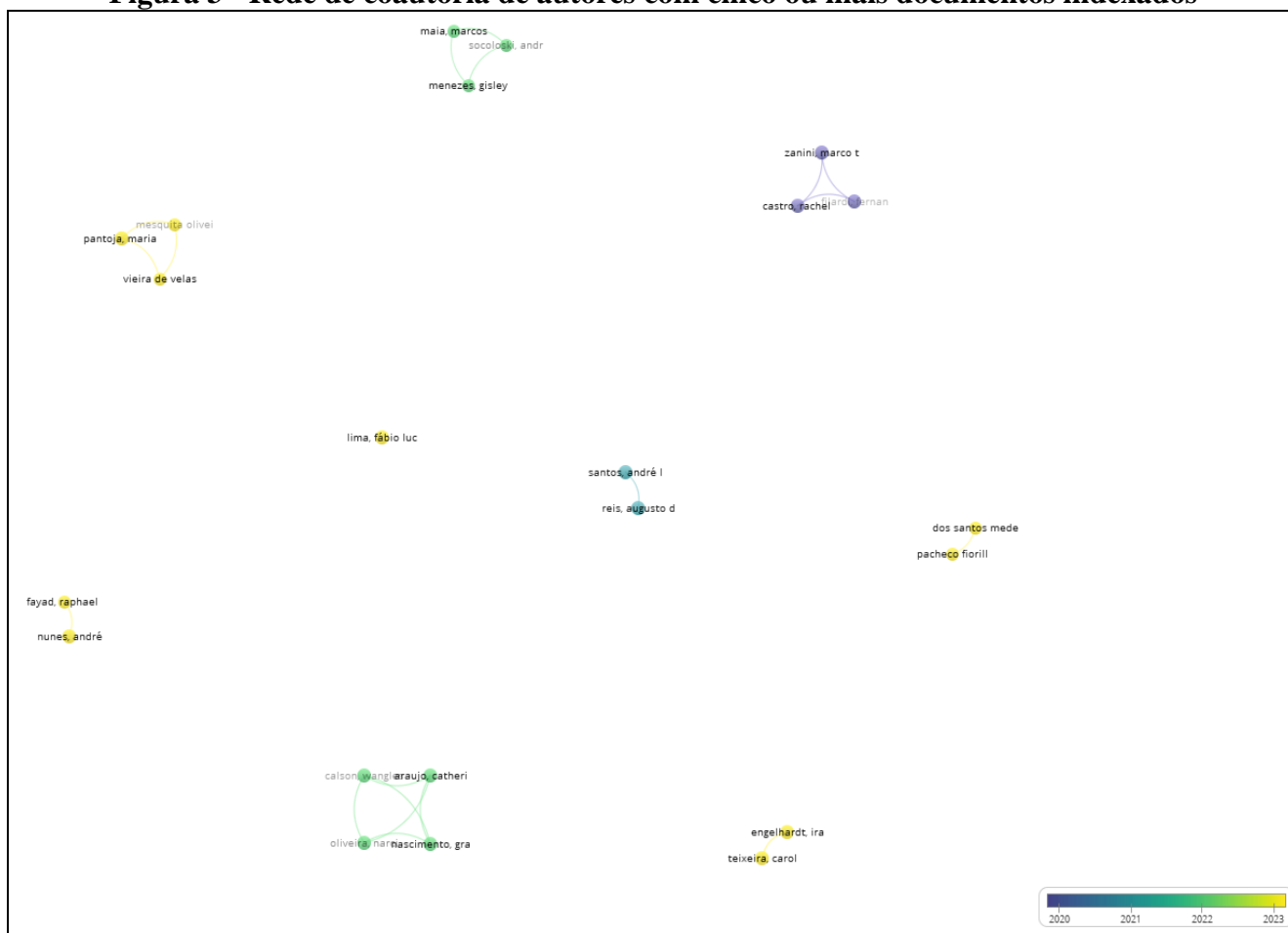
Os 26 artigos analisados possuem um total de 261 autores. Dentre esses, 22 autores foram selecionados por terem contribuído com pelo menos cinco documentos. A análise revela que PANTOJA, Maria Julia é a autora com maior produção, com 07 documentos, 13 autores produziram 06 documentos cada, enquanto 08 autores produziram 05 documentos cada. Além disso, os autores



ARAUJO, Catherine Oliveira de; CALSON, Wangles; NASCIMENTO, Grazielly Teodosio, OLIVEIRA; e Narcisio Rios destacam-se por sua forte conexão e integração em redes de coautoria. Por outro lado, LIMA, **Fábio Lucas de Albuquerque**, apesar de ter o total de 06 documentos, não apresenta nenhuma coautoria.

As publicações de 2020 e 2021 são representadas pelas cores azul claro e lilás no mapa de coautoria, enquanto a cor verde indica as publicações de 2022. As publicações mais recentes, destacadas em amarelo, evidenciam um aumento na produção acadêmica.

Figura 3 - Rede de coautoria de autores com cinco ou mais documentos indexados



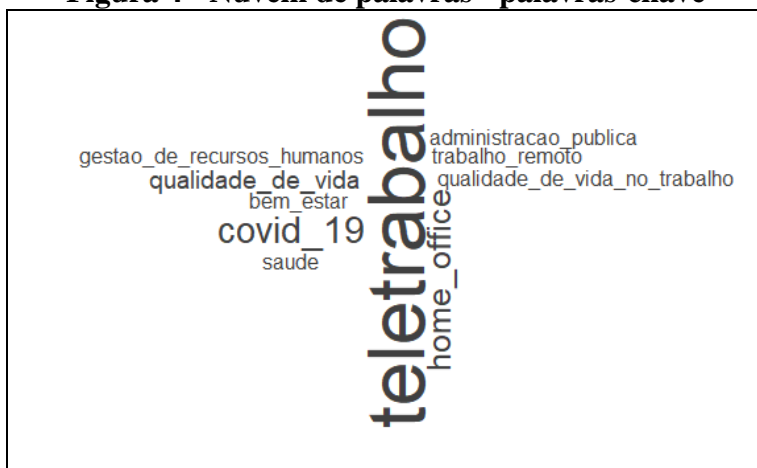
Fonte: Elaboração própria.

Com o apoio do software Iramuteq utilizou-se a nuvem de palavras para visualizar a estrutura de frequência dos termos presentes nas palavras-chave mais citadas nos artigos pelos autores. A nuvem destaca termos chave como "teletrabalho", "home office" e "trabalho remoto", evidenciando a relevância do trabalho à distância após a pandemia de COVID-19. Palavras como "bem-estar" e "saúde", refletem a preocupação com os efeitos do teletrabalho na saúde dos trabalhadores. A presença de termos como "administração pública" e "gestão de recursos humanos" sinaliza desafios em contextos institucionais



relacionados à implementação e gestão do teletrabalho.

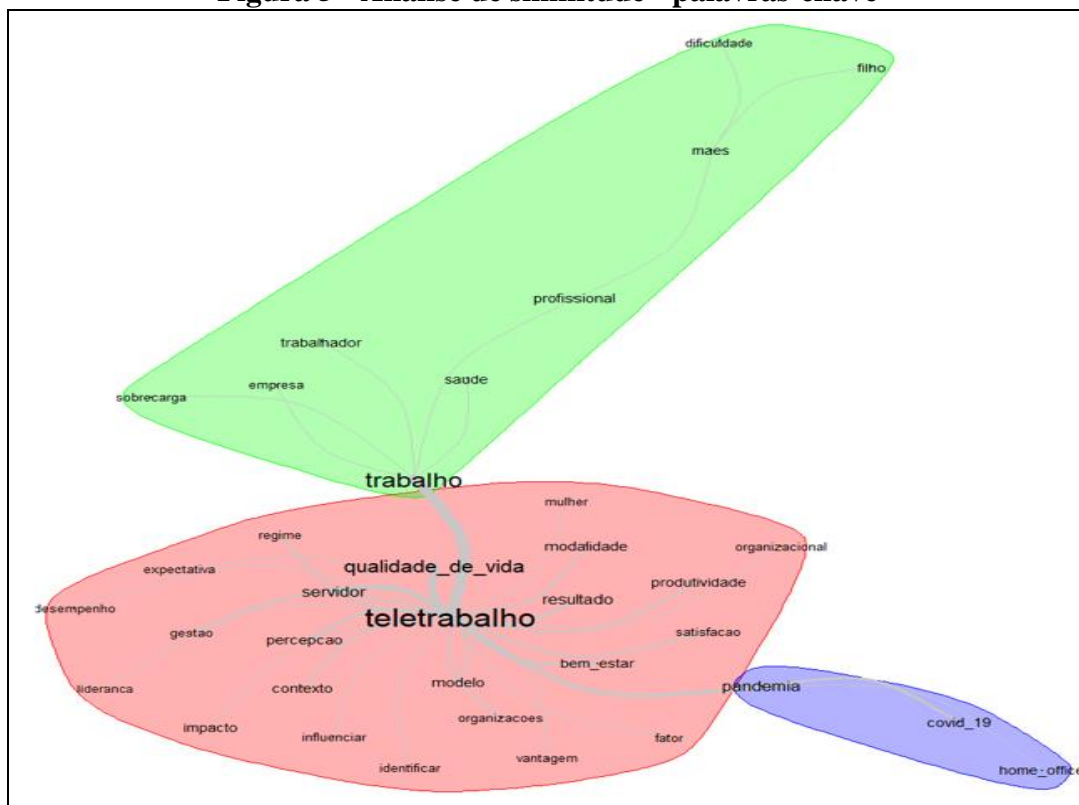
Figura 4 - Nuvem de palavras - palavras-chave



Fonte: Elaboração própria.

Em continuidade à análise, a partir dos resumos dos artigos selecionados foi realizada uma análise de similitude, objetivando identificar ligações entre palavras de um corpus textual através de grafos, possibilitando a constatação de co-ocorrência e conexão entre palavras. O gráfico de similitude revelou três comunidades de sentido, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Análise de similitude - palavras-chave



Fonte: Elaboração própria.



No cluster vermelho, com “teletrabalho” como termo central, conecta-se a diversas palavras como "qualidade de vida", "servidor", "pandemia", "bem-estar", "gestão" e "produtividade" refletindo a importância do teletrabalho como eixo estruturador das transformações nas condições de trabalho, nos desafios e nas oportunidades do trabalho remoto, com destaque para sua influência nos resultados organizacionais e na satisfação dos servidores públicos.

No que se refere ao cluster lilás, com os termos "pandemia", "covid-19" e "home office" destaca como a pandemia não apenas acelerou a transição para o trabalho remoto, mas também trouxe à tona debates sobre a necessidade de ajustar as condições de trabalho às demandas emergentes, incluindo questões de saúde, produtividade e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

O cluster verde ressalta como a implantação do teletrabalho alterou as formas tradicionais de trabalho, nesse núcleo, palavras como "saúde", "sobrecarga", "profissional" e "mães" indicam um foco nos impactos do teletrabalho sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, além de desafios enfrentados por grupos como mães e profissionais frente a sobrecarga de trabalho.

Análise Temática

A partir das leituras integrais, foram identificados campos analíticos comparáveis e categorizáveis. Seguindo as orientações de Bardin (2016), foi realizada uma análise de conteúdo com categorias analíticas, observando os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. O Quadro 02 apresenta os artigos selecionados na pesquisa sobre qualidade de vida no teletrabalho, organizados por categorias temáticas.

Quadro 2 - Categorização por ano, título, autor e periódico

Categorias	Ano	Título	Autor	Periódico
Principais benefícios e desafios do teletrabalho	2024	Estado da arte sobre teletrabalho e gestão da qualidade de vida do servidor público	Martins e Sátorio	Brazilian Journal of Health Review
	2021	O Serviço Público e o Teletrabalho na Administração Pública Federal Brasileira em Tempos de COVID-19	Santos e Reis	Revista FSA
	2021	Teletrabalho e qualidade de vida: estudo de caso do poder judiciário em um estado do norte do Brasil	Pereira <i>et al.</i>	Gestão e Desenvolvimento
	2022	Teletrabalho e Qualidade de Vida: Estudo de Caso em uma Instituição Pública de Ensino no Brasil	Menezes, Socoloski e Maia	Reves - Revista Relações Sociais
	2020	Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal	Filardi <i>et al.</i>	Cadernos EBAPE.BR
	2022	Teletrabalho e a gestão de custos dos empregados as organizações empregadoras	Calson <i>et al.</i>	SADSJ
Teletrabalho com olhar para as questões de gênero	2020	Benefícios e Desafios do Home Office em Empresas de Tecnologia da Informação	Haubrich e Froehlich	Revista Gestão & Conexões
	2022	Qualidade de vida no teletrabalho: percepções de professoras de um Instituto Federal de Minas Gerais	Galvão, Ferreira e Costa	Teat
	2023	Qualidade de Vida no Teletrabalho Compulsório no Contexto da COVID-19: Percepções entre os Gêneros em Organizações Públicas	Velasco, Pantoja e Oliveira	Administração Pública e Gestão Social
	2022	Mães em home office:	Silva, Carmo e Capelle,	Casi
	2022	Desafios das Trabalhadoras Mães de Crianças pequenas durante a Pandemia COVID-19	Rossini e Messias	Revista Subjetividades
	2022	O teletrabalho e as mulheres: percepções da conciliação da vida profissional e familiar	Aguiar <i>et al.</i>	Cadernos EBAPE.BR
Gestores - melhoria contínua do teletrabalho e das relações interpessoais	2023	Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): estudo com servidores do INSS em Petrolina-PE	Obata e Engelhardt	Revista Caribeña de Ciencias Sociales
	2023	Qualidade de vida no teletrabalho: um estudo de caso na Universidade de Brasília	Fayad e Nunes	Revista de Gestão e Secretariado
	2023	Análise dos impactos do teletrabalho no judiciário potiguar no contexto da pandemia de COVID-19: um estudo no fórum da comarca de Pamamirim/RN	Costa <i>et al.</i>	Revista de Gestão e Secretariado
	2023	For Telework, Please Dial 7—Qualitative Study on the Impacts of Telework on the Well-Being of Contact Center Employees during the COVID19 Pandemic in Portugal	Santos e Pereira	Administrative Sciences
	2024	Adoção do teletrabalho em instituições de ensino durante a pandemia da covid-19	Lopes e Lunardi	Rev. de Gestão e Secretariado
Regime híbrido de teletrabalho	2022	Home Sweet Home? The Mediating Role of Human Resource Management Practices in the Relationship between Leadership and Quality of Life in Teleworking in the Public Sector	Melo e Demo	Sustainability
	2023	Teletrabalho jurídico compulsório na pandemia do COVID-19: a experiência de advogados públicos federais	Lima, Fábio Lucas de Albuquerque	Revista de Gestão e Secretariado
	2021	Percepções dos Pesquisadores de uma Empresa Pública Brasileira de Pesquisa Científica em Relação ao Teletrabalho	Bona e Oliveira	Rev. Psicologia: Organizações & Trabalho
	2023	Teleworkability, Preferences for Telework, and Well-Being: A Systematic Review	Urien, Begoña	Sustainability
	2020	O Meio ambiente do trabalho digital e a saúde dos trabalhadores	Fiorillo e Medeiros	Veredas do Direito
O teletrabalho e a saúde física e mental	2021	Estudo ergonômico da carga mental e de sintomas osteomusculares relacionados ao trabalho em um Tribunal Judiciário Federal	Silva <i>et al.</i>	Revista Produção Online
	2022	A ergonomia e o trabalho docente	Sousa e Medeiros	Caminhos da Educação
	2022	Incidência de sintomas osteomusculares em trabalhadores de home office durante a pandemia da COVID-19	Souza <i>et al.</i>	Revista Foco
	2020	Teletrabalho e impactos na saúde e bem-estar do teletrabalhador: revisão sistemática	Santos, Renier e Sticca	Psicologia, Saúde & Doenças

Fonte: Elaboração própria



Principais benefícios e desafios do teletrabalho

A administração pública vem buscando formas de melhorar a eficiência em suas diversas atividades, como redução de custos, melhor aproveitamento do tempo e aumento da produtividade. Nesse contexto, o estudo de Filardi *et al.* (2020), aprofunda o conhecimento sobre os impactos da adoção do teletrabalho sob a perspectiva dos gestores e teletrabalhadores. Os resultados indicam avanços significativos, mas também apontam desafios a serem superados. Entre as vantagens destacam-se a melhoria da qualidade de vida, maior equilíbrio na relação trabalho e família, aumento da produtividade, flexibilidade, criação de métricas, redução de custo, estresse, tempo de deslocamento, exposição à violência e conhecimento da demanda de trabalho.

Por outro lado, as desvantagens incluem dificuldades de adaptação, falhas na comunicação, perda de vínculo com a organização, problemas psicológicos, infraestrutura inadequada e controle do teletrabalhador. Segundo os autores, o teletrabalho necessita de um modelo de gestão que o torne mais aderente à esfera pública.

O teletrabalho tem sido amplamente debatido na administração pública, abordando questões como eficiência, produtividade, segurança da informação e qualidade do atendimento ao público. Essas discussões ressaltam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas para avaliar e aprimorar sua implementação no setor público. Entre as vantagens identificadas estão a melhora na qualidade de vida, menos interrupção do trabalho e maior produtividade no cumprimento de metas. No entanto, o isolamento profissional, a extensão da jornada de trabalho e o isolamento social foram apontados como as principais dificuldades dessa modalidade de trabalho (MENEZES; SOCOLOSKI; MAIA, 2022).

A pesquisa de Santos e Reis (2021) não aborda diretamente a qualidade de vida no teletrabalho, mas fornecem uma visão geral das percepções dos servidores públicos durante a pandemia. Entre as vantagens do teletrabalho, destacam-se a não necessidade de deslocamento, flexibilidade de horário e melhor qualidade de vida. Por outro lado, foram identificadas dificuldades como a falta de equipamentos adequados, suporte de TI, problemas de comunicação e falta de organização da rotina de trabalho. O estudo sugere investigações aprofundadas para avaliar, por meio de indicadores de produtividade, se realmente há ganhos ou perdas nesse modelo de trabalho e analisar o papel da tecnologia e da cultura organizacional na sua adoção.

O teletrabalho tem se tornado uma estratégia de interesse para melhorar a produtividade e um meio para promover maior economicidade. Nesse sentido, Martins e Sátiro (2024) destacam a importância de realizar estudos práticos para compreender como ocorre o aumento da produtividade, partindo do pressuposto da influência da Qualidade de Vida no Trabalho. Os autores sugerem que a



implementação do teletrabalho deve considerar fatores como condições de trabalho, relações interpessoais, produtividade e satisfação dos trabalhadores.

Os benefícios do teletrabalho incluem a flexibilidade, o aumento da produtividade, a possibilidade de contratar profissionais sem restrições geográficas, a redução de despesas com infraestrutura e deslocamento, além da melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, os desafios incluem a adaptação à cultura organizacional, questões relacionadas ao modelo contratual, indisciplina, falta de comprometimento, dificuldades decorrentes da ausência de contato presencial com a equipe e limitações tecnológicas. O estudo sugere a necessidade de ampliar as pesquisas para melhor compreender esses benefícios, desafios e suas implicações (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020).

Outras questões a serem superadas são os desafios relacionados às tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a necessidade de atenção institucional à saúde ocupacional dos teletrabalhadores. O estudo de Pereira *et al.* (2021) revela que o teletrabalho está alinhado com as transformações nas relações de trabalho impulsionadas pelas tecnologias digitais, as quais podem potencialmente melhorar a qualidade de vida dos colaboradores. Essa questão deve ser abordada de forma estratégica pelos gestores para que possam tomar decisões adequadas sobre a política de teletrabalho.

Calson *et al.* (2022) têm como objetivo identificar as vantagens do teletrabalho, com foco nas relações trabalhistas e na gestão de custos para as organizações. O ensaio proporciona reflexões sobre a necessidade de avanços na legislação no contexto do teletrabalho e qualidade de vida dos empregados nessa modalidade.

Teletrabalho com olhar para as questões gênero

O teletrabalho pode influenciar as dinâmicas de gênero no ambiente profissional. Nesse sentido, o estudo de Galvão, Ferreira e Costa (2022) explorou a percepção das servidoras públicas, casadas ou solteiras, sem filhos ou com filhos que necessitavam de cuidados, sobre a qualidade de vida no teletrabalho, com foco em questões de gênero. Os resultados revelam que as dificuldades sinalizadas por essas mulheres não são exclusivas da instituição pesquisada, evidenciando a necessidade de uma agenda social para mitigar os impactos negativos do teletrabalho na vida laboral das mulheres, a fim de aumentar a qualidade de vida no trabalho remoto e diminuir o risco de doenças ocupacionais. O estudo também destaca a importância de compreender como o teletrabalho afeta mulheres em diferentes carreiras e níveis sociais, e a partir dessa compreensão, elaborar políticas mais eficazes para abordar essas dificuldades. Os autores sugerem a realização de pesquisas utilizando escalas validada na área e



uma abordagem quali-quantitativa para obter uma compreensão mais profunda e desenvolver soluções mais eficazes.

Já a pesquisa sobre a rotina de cuidado com os filhos em mães em teletrabalho durante a pandemia revelou que a sobreposição de tarefas domésticas e responsabilidades com os filhos aumentou a sobrecarga e o desgaste emocional das mães (SILVA; CARMO; CAPELLE, 2022). Os autores destacam que apesar do apoio parcial dos companheiros a maior parte das responsabilidades continuou recaindo sobre as mães, destacando a necessidade de estratégias e políticas mais eficazes para apoiar essas mulheres em contextos de teletrabalho.

Velasco, Pantoja e Oliveira (2023) analisaram os níveis de Qualidade de Vida no Teletrabalho (e-QVT) compulsório durante a pandemia do coronavírus, de servidores públicos brasileiros, considerando as percepções de gênero e estrutura familiar. O estudo revelou que, embora os níveis gerais de e-QVT tenham sido satisfatórios, houve exceções significativas relacionadas à sobrecarga de trabalho. Diferenças notáveis surgiram na comparação entre grupos, especialmente em termos de interrupções e conflitos entre trabalho e lazer, com variações marcantes entre homens e mulheres, e entre mulheres com e sem filhos. Essas diferenças indicam que a percepção de e-QVT não é uniforme, sendo influenciada por fatores como gênero e a presença de filhos. A análise reforça a importância de considerar as especificidades de gênero e estrutura familiar, sugerindo a necessidade de práticas gerenciais inclusivas e receptivas à diversidade que conciliem níveis elevados de produtividade e qualidade de vida e bem-estar no trabalho.

As experiências de mulheres que são mães e trabalham em modalidades alternativas de trabalho revelaram que essas profissionais enfrentam dificuldades para manter o equilíbrio emocional e a qualidade de vida, lidando com a sobrecarga decorrente da multiplicidade de papéis e com a percepção de limitações na ascensão profissional (ROSSINI; MESSIAS, 2022). Os autores enfatizam a importância de desenvolver políticas sociais e organizacionais mais eficazes que promovam condições de trabalho favoráveis, valorizem modalidades de trabalho flexíveis e aumentem a conscientização sobre as desigualdades de gênero.

O estudo de Aguiar *et al.* (2022) apresenta uma análise detalhada sobre a satisfação e a conciliação da vida profissional e familiar de servidoras públicas em teletrabalho, considerando as categorias de qualidade de vida, convívio familiar, produtividade e motivação, organização pessoal e percepção de satisfação com o teletrabalho. De forma geral, os autores observaram que as mulheres se mostram satisfeitas com essa modalidade de trabalho, reconhecendo os benefícios e melhorias na qualidade de vida que o teletrabalho proporciona, apesar das desvantagens relacionadas ao isolamento social e ao acúmulo de tarefas e responsabilidades domésticas. A principal contribuição do estudo é



ampliar o entendimento sobre o teletrabalho, fornecendo bases para o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas que valorizem o papel das mulheres no mercado de trabalho e promovam o equilíbrio entre vida familiar e profissional.

Gestores - melhoria contínua do teletrabalho e das relações interpessoais

Liderança, práticas de gestão de recursos humanos e qualidade de vida dos servidores públicos em teletrabalho tem sido um tema abordado nas produções científicas. O estudo de Melo e Demo (2024), confirma que há uma relação significativa entre essas relações e reforça que as práticas de gestão de recursos humanos atuam como mediadoras nessa relação. Destaca a importância da liderança na formação e na implementação de práticas que promovem um ambiente de trabalho saudável e produtivo e com qualidade de vida. As autoras destacaram que resultados contribuem para o avanço teórico-empírico dos estudos sobre elementos do comportamento organizacional positivo e para implementação de programas eficazes no serviço público.

Fayad e Nunes (2023) demonstraram que o teletrabalho implementado no contexto da pandemia de COVID-19 obteve índices de bem-estar nos fatores de autogestão, contexto do teletrabalho, infraestrutura e estrutura tecnológica. Contudo, observou-se uma percepção negativa quanto à sobrecarga de trabalho, recomendando a realização de estudos adicionais para aprofundar o entendimento sobre o tema, considerando variáveis como liderança em ambiente virtual, comprometimento dos trabalhadores, suporte organizacional e engajamento.

A pesquisa de Obata e Engelhardt (2023) explora como a qualidade de vida no trabalho interfere nos processos de saúde e adoecimento dos trabalhadores em uma instituição pública. As autoras destacam a necessidade de implementar ações que promovam uma gestão participativa e eficiente, com especial atenção ao teletrabalho, sugerem a criação de planos de comunicação institucionais mais claros e eficazes, melhora das condições de trabalho, tanto presencial quanto remoto, garantindo autonomia aos trabalhadores sem sobrecarregá-los. Além disso, enfatizam a importância de desenvolver espaços de convivência para fortalecer as relações socioprofissionais e o sentido do trabalho, promovendo interações entre pares, servidores e chefias, e entre servidores e cidadãos.

Outro aspecto estudado é a questão da produtividade e a satisfação de trabalhar nessa modalidade (LOPES; LUNARDI, 2022). Os autores destacam que para aumentar a produtividade e a satisfação no teletrabalho, os autores sugerem a criação de um Manual Técnico, que incluía: orientações sobre as condições ideais para o ambiente de trabalho (iluminação, ergonomia, ventilação), regras de convivência (respeito aos horários de trabalho, uso de e-mails e aplicativos de mensagens), informações



e dicas para utilizar equipamentos e aplicativos e contatos da área de TI da instituição para suporte técnico. Além disso, recomendam a realização de estudos que abordem as condições necessárias para a implementação de programas institucionais voltados ao teletrabalho.

A pesquisa de Costa *et al.* (2023) busca compreender como o teletrabalho afetou a qualidade de vida, a produtividade e as relações de trabalho dos servidores, além de identificar as vantagens e desvantagens associadas a esse modelo. A pesquisa contribui no aprofundamento do debate e na análise do teletrabalho na administração pública brasileira, e destaca aspectos pouco discutidos na literatura, como os impactos da flexibilização dos espaços de trabalho na vida pessoal, socioemocional e laboral dos teletrabalhadores. Além disso, a pesquisa propõe a ampliação do escopo de estudos, incluindo a avaliação da percepção dos gestores, cuja relevância se baseia no impacto direto que suas visões e ações exercem sobre o ambiente de trabalho, a implementação de políticas e o suporte oferecido.

O estudo de Santos e Pereira (2023) analisa o impacto do teletrabalho no bem-estar no ambiente de trabalho e aponta a necessidade de pesquisas para reavaliar o teletrabalho em um contexto pós-pandemia, considerando uma realidade organizacional planejada e adaptada. Destacou, ainda, que a dimensão social é essencial para o bem-estar dos colaboradores, evidenciando a necessidade de ações dos gestores que promovam o envolvimento e a proximidade dos teletrabalhadores, prevenindo sentimentos de isolamento ou exclusão.

Regime híbrido de teletrabalho

Entre os estudos reunidos nesta categoria, o de Bona e Oliveira (2021), analisa as percepções de colaboradores de uma empresa pública em teletrabalho, focando nas características laborais, sociais, produtivas e de contexto do trabalho, bem como os benefícios, desafios e expectativas futuras associadas a esse modelo de trabalho. As percepções dos participantes da pesquisa em relação ao teletrabalho foram altamente positivas, evidenciando um aumento na produtividade, maior autonomia no trabalho e melhorias na qualidade de vida. Os dados apontam para o desejo da maioria dos participantes de adotar um regime híbrido de trabalho, sugerindo que os resultados da pesquisa possam ser aplicados também aos trabalhadores do serviço público.

O estudo realizado por Lima (2023) corrobora que o modelo híbrido de trabalho promove bem-estar, apontando que esse modelo é a preferência majoritária dos advogados públicos federais em teletrabalho. A pesquisa destaca um aumento na produtividade, impulsionado pela maior disponibilidade para o trabalho e pela satisfação de trabalhar em casa com horários flexíveis, o que contribui para uma melhor qualidade de vida.



No estudo de Urien (2023) o modelo de trabalho híbrido foi identificado como a combinação ideal entre trabalho presencial e remoto, sugerindo que empresas podem adotar “programas flexíveis de trabalho híbrido” baseados nas preferências dos funcionários para maximizar o bem-estar. A pesquisa investigou como o teletrabalho e a preferência por essa modalidade influenciam o tempo que os funcionários desejam trabalhar remotamente. Os resultados confirmaram que a intensidade do teletrabalho tem uma relação direta com o bem-estar, tornando-se essencial prever esse impacto, no entanto apontou a escassez de literatura que explore essas interações de maneira abrangente.

Teletrabalho e a saúde física e mental

Souza *et al.* (2022) investigaram a incidência de sintomas osteomusculares em teletrabalhadores de um Centro universitário durante a pandemia da Covid-19, com o objetivo de analisar o ambiente e o local de trabalho, bem como a qualidade de vida dos participantes. Os resultados apontam interferência na qualidade de vida dos teletrabalhadores e apontam para a importância de implementar medidas preventivas para evitar o surgimento de sintomas osteomusculares e fornecer materiais adequados que promovam uma melhor ergonomia e efetividade nas tarefas.

A pesquisa de Silva *et al.* (2021) aborda a importância de intervenções ergonômicas e melhorias nas condições de trabalho para reduzir os impactos da atividade laboral na saúde e bem-estar dos servidores. Os resultados revelam a necessidade de implementar medidas ergonômicas e aprimorar as condições de trabalho por meio de ações e programas de qualidade de vida no trabalho, além do acompanhamento das atividades realizadas no teletrabalho. A pesquisa também ressalta a importância de um ambiente de trabalho que promova a troca de experiências e um clima organizacional positivo, o que contribui para a qualidade de vida no trabalho.

Na mesma linha, Sousa e Medeiros (2022) analisaram o impacto do ensino remoto na saúde dos professores. As questões ergonômicas do ambiente de trabalho contribuíram para o desenvolvimento de doenças físicas, cognitivas e organizacionais, comprometendo a qualidade de vida e a dignidade dos professores. O estudo sugere que mais pesquisas sejam incentivadas para compreender a dinâmica de adaptação do teletrabalho em relação aos aspectos ergonômicos.

Fiorillo e Medeiros (2023) defendem que a saúde dos trabalhadores deve ser vista não apenas como a ausência de doenças, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o que é essencial para a qualidade de vida. Além disso, enfatizam que um ambiente de trabalho saudável contribui para a produtividade e reduz o absenteísmo, impactando positivamente a qualidade de vida dos trabalhadores.



Santos, Renier e Sticca (2020) realizaram uma avaliação da produção científica nacional e internacional acerca dos impactos do teletrabalho para a saúde e bem-estar dos teletrabalhadores. Os resultados apontam escassez de estudos nacionais sobre o tema e a falta de consenso entre as avaliações dos pesquisadores em relação às questões de depressão e estresse associadas ao teletrabalho. Além disso, destacam que a redução de deslocamentos, a flexibilidade, a autonomia e o apoio da supervisão exercem um impacto positivo na saúde dos teletrabalhadores. No entanto, fatores como isolamento e a falta de contato social são considerados negativos, embora possam ser mitigados com intervenções adequadas.

AGENDA DE PESQUISA

Os resultados dessa revisão sistemática de literatura mostram que a qualidade de vida no teletrabalho é um tema que vem crescendo na literatura nos últimos anos. Alguns benefícios podem ser observados como melhoria da qualidade de vida, maior produtividade e flexibilidade, além da redução de custos e tempo de deslocamento. No entanto, os desafios relacionados à comunicação, infraestrutura, tecnologia e saúde dos teletrabalhadores permanecem, exigindo modelos de gestão mais robustos e adaptados. Estudos futuros devem explorar como as organizações públicas podem superar essas barreiras, garantindo uma implementação eficiente e sustentável do teletrabalho.

Outra agenda de pesquisa importante refere-se à influência do teletrabalho nas dinâmicas de gênero, os estudos apontam que o teletrabalho pode intensificar as desigualdades de gênero, especialmente para mulheres que acumulam responsabilidades domésticas e profissionais. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem como o teletrabalho afeta as mulheres em diferentes contextos sociais e profissionais, e em como essas realidades podem ser abordadas por meio de políticas públicas e organizacionais eficazes.

Adicionalmente, chama-se atenção para a modalidade híbrida de teletrabalho. A pesquisa atual indica que esse modelo promove maior bem-estar e produtividade, ao mesmo tempo que permite uma melhor gestão do tempo e das responsabilidades pessoais. Aprofundar a análise das preferências dos trabalhadores e dos impactos do regime híbrido na qualidade de vida e nas relações laborais podem auxiliar os gestores a ajustarem práticas organizacionais para melhorar a experiência de trabalho.

Sugere-se também a realização de estudos que correlacionem indicadores de desempenho com a Qualidade de Vida no teletrabalho. Esta área representa uma oportunidade significativa de investigação, possibilitando a formulação de estratégias mais eficazes para promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo, e alinhado com os objetivos organizacionais.



Por fim, estudos futuros podem investigar como os gestores podem otimizar a integração e o engajamento dos colaboradores, desenvolver métricas apropriadas para avaliar o desempenho e promover uma cultura organizacional que valorize tanto o bem-estar quanto a produtividade dos trabalhadores remotos. Além disso, é recomendada uma revisão contínua da literatura sobre qualidade de vida no teletrabalho para acompanhar as evoluções do tema e identificar novas direções para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de vida no teletrabalho é um tema em expansão e de grande relevância, conforme evidenciado pelos estudos apresentados e representa uma abordagem com grande potencial para aprimorar o bem-estar, produtividade e eficiência dos serviços públicos.

Nesse sentido, buscou analisar a produção científica sobre essa temática no período de 2018 a 2024. A pesquisa evidenciou que, apesar dos benefícios, como maior flexibilidade, aumento da produtividade, melhoria da qualidade de vida e redução de custos, o teletrabalho impõe desafios significativos, especialmente no que tange à adaptação dos servidores, ao monitoramento da produtividade, à manutenção de uma comunicação eficaz e importância da liderança na formação e na implementação de práticas que promovem um ambiente de trabalho saudável e produtivo e com qualidade de vida.

Por meio de técnicas bibliométricas, foi possível identificar a distribuição das produções científicas ao longo dos anos, mapear a origem geográfica do corpus da pesquisa e os autores que concentram a maior parte das produções científicas.

A análise do corpus permitiu delinear categorias que evidenciaram tendências importantes. Entre os principais resultados, observou-se que o modelo híbrido de teletrabalho, que combina o trabalho remoto e presencial, tem mostrado resultados positivos em termos de produtividade e bem-estar. A questão de gênero também emergiu como um fator relevante, especialmente no que diz respeito à sobrecarga de tarefas domésticas e responsabilidades familiares. Além disso, a gestão de recursos humanos se mostrou um elemento crucial para a eficácia do teletrabalho nas organizações. Esses resultados podem servir como base para futuras pesquisas empíricas em contextos ainda pouco explorados, contribuindo para validar ou refutar as principais conclusões encontradas.

No que tange às implicações práticas, acredita-se que a análise apresentada pode apoiar gestores na tomada de decisões mais eficazes, além de auxiliar os teletrabalhadores na implementação de estratégias autogeridas para o desenvolvimento de suas atividades.



Em relação às limitações, a pesquisa se concentrou nas publicações das bases Capes, Scielo e ProQuest, ampliar a pesquisa para incluir outras bases aumentaria a abrangência e profundidade da análise. A predominância de artigos publicados nos anos de 2022 e 2023 reflete uma resposta inicial às mudanças trazidas pela pandemia, o que pode restringir a análise a um contexto específico e não considerar os efeitos de médio e longo prazo. Outra limitação é o fato de apenas dois artigos do corpus serem de origem estrangeira, o que pode restringir a comparação com experiências internacionais mais abrangentes e a identificação de práticas em diferentes contextos.

Do ponto de vista de lacunas de conhecimento para futuras agendas de pesquisa, os estudos sobre qualidade de vida no teletrabalho ainda são escassos e possuem um vasto campo de exploração e relevância a ser conquistado.

Como sugestões para pesquisas futuras, propõe-se investigar como o teletrabalho impacta as mulheres em diferentes contextos sociais e profissionais e de que forma essas realidades podem ser abordadas por meio de políticas públicas e organizacionais eficazes. Além disso, sugere-se aprofundar a análise das preferências dos trabalhadores em relação ao regime híbrido, bem como os impactos desse modelo na qualidade de vida e nas relações laborais. Também é relevante conduzir estudos que correlacionem indicadores de desempenho com a qualidade de vida no teletrabalho.

Em suma, a revisão sistemática de literatura realizada sobre a qualidade de vida no teletrabalho representa uma contribuição significativa, tanto metodológica quanto teórica, ao oferecer uma compreensão dos fatores que influenciam a qualidade de vida dos teletrabalhadores no serviço público. Os resultados evidenciam a importância do tema que se encontra em expansão e carentes de contribuições científicas. Esse estudo também abre caminhos para investigações futuras, que podem explorar novas variáveis e aspectos relacionados a esse modelo de trabalho nas organizações públicas. Por fim, a principal contribuição da presente revisão de literatura foi identificar algumas lacunas com base na leitura dos artigos que possam auxiliar os pesquisadores, gestores públicos, formuladores de políticas e profissionais de recursos humanos no desenvolvimento de estratégias mais eficazes, promovendo o aprimoramento contínuo da gestão pública e do bem-estar dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. F. B. *et al.* “O teletrabalho e as mulheres: percepções da conciliação da vida profissional e familiar”. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 20, n. 6, 2022.

ALVES, A. C. **Teletrabalho na Administração Pública**: Estudo de caso na Controladoria Geral da União. (Dissertação de Mestrado em Gestão Pública). Brasília: UnB, 2020.



ANDRADE, L. L. S. **Desenvolvimento de um instrumento de medida de qualidade de vida no teletrabalho** (Dissertação de Mestrado em Gestão Pública). Brasília: UnB, 2020.

ANTUNES, E. D. *et al.* “A ponta do iceberg: o teletrabalho durante a pandemia”. **Saúde e Sociedade**, vol. 32, n. 3, 2023.

ANTUNES, E. D.; FISCHER, F. M. “A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal”. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 45, 2020.

ASSUNÇÃO, L. L. R.; THOMÉ, C. “Gestão por competências na administração pública: uma revisão sistemática”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.

BACCILI, S.; CRUZ, N. J. T. “Virtualização do trabalho durante a Pandemia do COVID-19: avaliação da experiência dos servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior”. **Navus -Revista de Gestão e Tecnologia**, vol. 11, 2021.

BARBIERE, B. *et al.* “Enhancing Productivity at Home: The Role of Smart Work and Organizational Support in the Public Sector”. **MDPI - Societies**, vol. 14, n. 50, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BARROS, A. O.; GOIS, S. R. F. S. M.; TRIGO, J. A. “Qualidade de vida de teletrabalhadores de uma organização pública federal brasileira”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 54, 2024.

BASTOS, R. C.; LORETO, M. D. S. “Refletindo a gestão de pessoas no setor público: um ensaio teórico”. **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 9, 2023.

BERGAMASCHI, A. B.; NETTO FILHA, W. R.; ANDRADE, A. R. “Home office: solução para aumento de produtividade no INPI”. **European Journal of Applied Business Management**, vol. 4, n. 3, 2018.

BONA, F. D.; OLIVEIRA, C. “Percepções dos pesquisadores de uma empresa pública brasileira de pesquisa científica em relação ao teletrabalho”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, vol. 21, n. 4, 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta n. 24, de 28 de julho de 2023**. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2023. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 04/12/2024.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 1, de 31 de agosto de 2018**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 04/12/2024.

CALSON, W. *et al.* “Teletrabalho e a gestão de custos dos empregados as organizações empregadoras”. **South American Development Society Journal**, vol. 8, n. 22, 2022.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. “O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum”. **Internext**, vol. 10, n. 2, 2015.

COSTA, E. P. *et al.* “Análise dos impactos do teletrabalho no judiciário potiguar no contexto da pandemia de covid-19: um estudo no fórum da comarca de Parnamirim/RN”. **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 11, 2023.



D'ABUNDO, M. L.; FRANCO, P. "Navigating the Unforeseen: Perceptions of Quality of Life While Working from Home in the United States During the COVID-19 Pandemic". **American Journal of Qualitative Research**, vol. 7, 2023.

DE-LA-CALLE-DURÁN, M. C.; SÁNCHEZ, J. L. R. "Employee Engagement and Wellbeing in Times of COVID-19: A Proposal of the 5Cs Model". **MDPI - International Journal of Environmental Resesarch and Public Health**, vol. 18, n. 5470, 2021.

DI TECCO, C. *et al.* "Implementing smart working in public administration: a follow up study". **Medicina del Lavoro**, vol. 112, n. 2, 2021.

ELVIRA, E. J. S.; BEZERRA, L. F. "O programa de gestão: no caminho da pós nova gestão de desempenho?" **Cadernos Enap**, vol. 129, 2023.

FAYAD, R. F. M.; NUNES, A. "Qualidade de vida no teletrabalho: um estudo de caso na Universidade de Brasília". **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 4, 2023.

FIGUEIRA, A.; COSTA, S. R. R. C. "Arranjos flexíveis como uma tendência sobre o futuro do trabalho: uma revisão sistemática da literatura". **Revista S&G Journal**, vol. 17, n. 2, 2022.

FILARDI, F. *et al.* "Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal". **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 18, n. 1, 2020.

FIORILLO, C. A. P.; MEDEIROS, N. S. "O meio ambiente do trabalho digital e a saúde dos trabalhadores". **Veredas do Direito**, vol. 20, 2023.

GALVÃO, L. L. C.; FERREIRA, C. A. A.; COSTA, M. S. S. "Qualidade de vida no teletrabalho: percepções de professoras de um Instituto Federal de Minas Gerais". **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, vol. 11, n. 1, 2022.

GARRIDO, C. C.; HEREDERO, C. D. P; SÁNCHEZ, J. L. R. "Exploring hybrid telework: A bibliometric analysis". **Heliyon**, vol. 9, n. 12, 2023.

HACKMAN, J. R.; SUTTLE, J. L. **Improving life at work: Behavioral science approaches to organizational change**. Santa Monica: Goodyear, 1977.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. "Benefícios e Desafios do Home Office em Empresas de Tecnologia da Informação". **Revista Gestão e Conexões**, vol. 9, n. 1, 2020.

KLEIN, L. L. *et al.* "Qualidade de vida no serviço público: uma avaliação em uma instituição de ensino superior". **Revista Eletrônica de Administração**, vol. 23, 2017.

LEITE, A. L.; LEMOS, D. C. "Gestão de pessoas e o teletrabalho: desafios e possibilidades". **Revista do Serviço Público**, vol. 72, n. 2, 2021.

LIMA, F. L. A. "Teletrabalho jurídico compulsório na pandemia do COVID-19: a experiência de advogados públicos federais". **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 9, 2023.

LOPES, A. R. L.; LUNARDI, G. L. "Adoção do teletrabalho em instituições de ensino durante a pandemia da covid-19: um estudo realizado com os servidores técnicos administrativos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG". **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 13, n. 2, 2022.



MARTINS, J. V.; SÁTIRO, R. M. “Estado da arte sobre teletrabalho e gestão da qualidade de vida do servidor público”. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 7, n. 1, 2024.

MELE, V.; BELARDINELLI, P.; BELLÉ, N. “Telework in public organizations: A systematic review and research agenda”. **Public Administration Review**, vol. 83, n. 6, 2023.

MELLO, A. J. R.; LINHARES, M. R. C. F. “O tecnoestresse e a falta de suporte das organizações para a adaptação dos profissionais ao home working e seus efeitos”. **Poblacion y Salud en Mesoamerica**, vol. 21, n. 2, 2024.

MELO, T. A.; DEMO, G. “Home sweet home? The mediating role of human resource management practices in the relationship between leadership and quality of life in teleworking in the public sector”. **Sustainability**, vol. 16, n. 12, 2024.

MENEZES, G. L.; SOCOLOSKI, A. L. M.; MAIA, M. “Teletrabalho e Qualidade de Vida: Estudo de Caso em uma Instituição Pública de Ensino no Brasil”. **REVES - Revista Relações Sociais**, vol. 5, n. 4, 2022.

MORAES, R. B.; PENA, K. W.; PAIVA, I. A. A. “O Programa de Gestão de Desempenho no IF Goiano: análise do projeto-piloto”. **Revista Economia e Políticas Públicas**, vol. 10, n. 2, 2022.

NADLER, D. A.; LAWLER, E. E. “Quality of work life: perspectives and directions”. **Organization Dynamics**, vol. 7, n. 11, 1983.

NOGUEIRA FILHO, J. A. *et al.* “O teletrabalho como indutor de aumentos de produtividade e da racionalização de custos: uma aplicação empírica no Ministério da Justiça e Segurança Pública”. **Revista do Serviço Público**, vol. 71, n. 2, 2020.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. “Trabalho remoto e desafios dos gestores”. **Revista de Administração e Inovação**, vol. 9, n. 4, 2012.

OBATA, C. A.; ENGELHARDT, I. M. J. B. “Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): estudo com servidores do INSS em Petrolina-PE”. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, vol. 12, n. 6, 2023.

OLIVEIRA, M. A. M.; ANDRADE, L. L. S.; PANTOJA, M. J. “Teletrabalho no setor público: uma revisão sistemática da literatura”. **Anais do VII Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Brasília: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2020.

OLIVEIRA, M. A. M.; PANTOJA, M. J. “Desafios e perspectivas do teletrabalho nas organizações: Cenário da produção nacional e agenda de pesquisa”. **Revista Ciências Administrativas**, vol. 26, n. 3, 2020.

OLIVEIRA, M. A.; PANTOJA, M. J. “Perspectivas e desafios do teletrabalho no setor público”. **Anais do II Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público**. Florianópolis: CIDESP, 2018.

PAGE, M. J. *et al.* “The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews”. **The BMJ**, n. 71, 2021.

PANTOJA, M. J.; ANDRADE, L. L. S.; OLIVEIRA, M. A. M. “Qualidade de vida no teletrabalho compulsório: percepções de trabalhadores de uma organização pública brasileira”. **Revista da UI_IPSantarém**, vol. 8, n. 4, 2020.



PASCHOAL, T. *et al.* “Qualidade de vida no teletrabalho, redesenho do trabalho e bem-estar no trabalho de professores de ensino público no Distrito Federal”. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, vol. 20, 2022.

PEREIRA, L. J. *et al.* “Teletrabalho e qualidade de vida: estudo de caso do poder judiciário em um estado do norte do Brasil”. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, vol. 18, n. 1, 2021.

ROCHA, A. B. *et al.* “Teletrabalho, produção e gasto público: o que aprendemos com a COVID-19?”. **Revista do Serviço Público**, vol. 72, n. 2, 2021.

ROCHA, C. T. M.; AMADOR, F. S. “O teletrabalho: conceituação e questões para análise”. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 16, n. 1, 2018.

ROSSINI, A. P. P.; MESSIAS, J. C. C. “Desafios das Trabalhadoras Mães de Crianças pequenas durante a Pandemia COVID-19”. **Revista Subjetividades**, vol. 22, n. 1, 2022.

SANTOS, A. L. T.; REIS, A. C. “O serviço público e o teletrabalho na administração pública federal brasileira em tempos de Covid-19”. **Revista FSA**, vol. 18, n. 3, 2021.

SANTOS, A. M. B. T. V.; SANTA RITA, L. P.; LEVINO, N. A. “Teletrabalho em tempos de pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática da literatura internacional”. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, vol. 17, n. 1, 2023.

SANTOS, R. S.; PEREIRA, S. S. “For Telework, Please Dial 7—Qualitative Study on the Impacts of Telework on the Well-Being of Contact Center Employees during the COVID19 Pandemic in Portugal”. **MDPI Jornal – Administrative Sciences**, vol. 13, n. 9, 2023.

SANTOS, V. M.; RENIER, F.; STICCA, M. “Teletrabalho e impactos na saúde e bem-estar do teletrabalhador: revisão sistemática”. **Psicologia, Saúde e Doenças**, vol. 21, n. 3, 2020.

SILVA, A. B. *et al.* “Estudo ergonômico da carga mental e de sintomas osteomusculares relacionados ao trabalho em um Tribunal Judiciário Federal”. **Revista Produção Online**, vol. 21, n. 2, 2021.

SILVA, C. A.; CARMO, G.; CAPPELLE, M. C. A. “Mães em home office: o desafio do trabalho e o cuidado dos filhos durante a pandemia da COVID-19”. **Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**. Volta Redonda: CASI, 2022.

SOUSA, V. B.; MEDEIROS, M. G. L. “A ergonomia e o trabalho docente”. **Revista Caminhos da Educação: Diálogos Culturais e Diversidades**, vol. 4, n. 3, 2022.

SOUZA, G. D. A. M. *et al.* “Incidência de sintomas osteomusculares em trabalhadores de home office durante a pandemia da COVID-19”. **Revista Foco**, vol. 15, n. 5, 2022.

URIEN, B. “Teleworkability, preferences for telework, and well-being: a systematic review”. **MDPI Jornal – Sustainability**, vol. 15, n. 13, 2023.

VAN SELL, M.; JACOBS, S. M. “Telecommuting and quality of life: A review of the literature and a model for research”. **Telematics and Informatics**, vol. 11, n. 2, 1994.

VELASCO, S. M. V.; PANTOJA, M. J.; OLIVEIRA, M. A. M. “Qualidade de Vida no Teletrabalho Compulsório no Contexto da COVID-19: Percepções entre os Gêneros em Organizações Públicas”. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 15, n. 1, 2023.



VILARINHO, K. P. B.; PASCHOAL, T. “Teletrabalho no Serpro: pontos positivos e negativos e relações com desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho”. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**. Costa do Sauípe: Anpad, 2016.

VILARINHO, K. P. B.; PASCHOAL, T.; DEMO, G. “Teletrabalho na atualidade: quais são os impactos no desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho?” **Revista do Serviço Público**, vol. 72, n. 1, 2021.

VILLACORTA, M. A. R. *et al.* “Human-Centric Telework and Sustainable Well-Being: Evidence from Peru’s Public Sector”. **MDPI Jornal – Sustainability**, vol. 16, n. 22, 2024.

WALTON, R. E. “Quality of working life: what is it?”. **Sloan Management Review**, vol. 15, n. 1, 1973.

WERTHER, W. B.; DAVIS, K. **Administração de pessoal e recursos humanos**. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1983.

WESTLEY, W. A. “Problems and solutions in the quality of working life”. **Human Relations**, vol. 32, n. 2, 1979.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima